

As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica

*The economic relations between China and Africa:
a systemic perspective*

Helton Ricardo Ouriques*

Resumo

Este artigo pretende discutir as relações econômicas entre China e África a partir dos anos 2000, com base em informações e dados estatísticos que evidenciam a crescente importância da presença chinesa no continente africano. Também pretende, dentro da perspectiva sistêmica, apresentar uma contribuição ao assunto, para além do debate existente na literatura acerca dos riscos e oportunidades dessa relação para os países africanos.

Palavras-chave: *China-África; Análise dos Sistemas-mundo; economia política internacional.*

Abstract

This article discusses the economic relations between China and Africa from the 2000s, based on statistical data and informations, that show the growing importance of the Chinese presence in Africa. Also intends to present a contribution to the subject, within the systemic perspective, in addition to the existing debate in the literature concerning the risks and opportunities of this economic relations for African countries.

Keywords: *China - Africa; World-Systems analysis; international political economy.*

* Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC. Email: helton.ricardo@ufsc.br

1 Introdução

A conjuntura da economia-mundo capitalista vem sendo muito impactada pelo ressurgimento da China, que está afetando significativamente outras regiões do planeta, como o continente africano. Neste artigo, pretende-se abordar o relacionamento econômico entre a China e a África a partir dos anos 2000, tentando mostrar o significado mais geral do aprofundamento dessas relações.

Embora o processo de reforma e abertura chinês tenha iniciado em 1978, sob a égide de Deng Xiaoping, podemos afirmar que somente no alvorecer do século XXI o notável processo de crescimento econômico daquele país tenha efetivamente sido percebido de forma mais atenta pelo meio acadêmico, pelos círculos políticos e empresariais e pela imprensa econômica internacional. Como não é objetivo deste artigo discutir as origens, fundamentos e características do processo de desenvolvimento chinês¹, vamos diretamente tratar das motivações por trás da maior aproximação econômica entre a China e o continente africano.

Na primeira seção, apresentaremos sumariamente uma discussão sobre o crescimento chinês no início do século XXI até os dias atuais. Na segunda seção, faremos uma descrição do aprofundamento das relações econômicas entre China e África no mesmo período. Na terceira seção, apresentaremos uma breve reflexão, na perspectiva da economia política dos sistemas-mundo, a respeito das relações China e África e, na quarta seção, como de praxe, apresentaremos nossas conclusões e considerações finais.

2 A internacionalização chinesa a partir dos anos 2000: a busca por recursos naturais

Com a estratégia de internacionalização das empresas chinesas sendo colocada em prática no início dos anos 2000, aliada à manutenção da economia chinesa como um gigantesco polo exportador, a demanda por recursos naturais aumentou sobremaneira. Neste contexto, a China tornou-se grande importadora de recursos naturais, em especial minerais e energéticos, indispensáveis para o abastecimento do seu parque manufatureiro. Assim, o aumento da importação de minério de ferro e petróleo e a expansão da própria demanda doméstica de carvão tornaram o país um dos maiores emissores de CO₂ do planeta. O ritmo da atividade exportadora chinesa aumentou a pressão competitiva sobre as economias do centro e das periferias. Os crescentes investimentos na indústria pesada e, portanto, a maior demanda por energia e matérias-primas afetaram a distribuição mundial da oferta e os preços das principais commodities, gerando impactos sobre toda a economia global (Cunha, 2008).

Nos anos 2000, as exportações chinesas continuaram a apresentar enorme crescimento, resultando no contínuo aumento dos saldos externos da China. Os fluxos externos de capital na China eram bastante reduzidos antes do início das reformas, situação que se altera com a criação das Zonas Econômicas Especiais, no final dos anos 1970. A partir de 1993, verifica-se

¹ Para a compreensão do desenvolvimento econômico chinês, ver, entre outros, Fenby (2011); Arrighi (2008); Hung (2008 e 2011).

um rápido crescimento dos fluxos, basicamente em virtude da expansão dos investimentos externos diretos (IED), tendo se tornado ainda mais expressivos desde o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), quando se tornou o maior receptor mundial de investimentos externos. De acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo Banco Mundial, as exportações chinesas passaram de US\$ 770 bilhões em 2005 para US\$ 2,167 trilhões em 2012 (um crescimento de 255%!), com as importações passando de US\$ 645 bilhões em 2005 para US\$ 1,935 trilhões em 2012 (crescimento de 233%). O balanço em conta corrente, que era de US\$ 132 bilhões em 2005, passou para US\$ 193 bilhões em 2012. Mas é digno ainda de menção o crescimento das reservas internacionais, que saltaram de US\$ 831 bilhões em 2005 para US\$ 3,387 trilhões em 2012, evidenciando o crescente poder financeiro chinês. Por fim, cabe registrar que, em 2012, a China recebeu um total de US\$ 253 bilhões em IED, o que correspondeu a 16,79% do montante mundial, sendo o país que individualmente mais recebeu IED naquele ano.

Além disso, a China passou a ser também origem de IED, em particular em regiões periféricas, em particular a partir dos anos 2000. Após uma década (entre 1999 e 2009), o estoque de investimentos chineses no exterior passou de US\$ 25 bilhões para US\$ 230 bilhões. Somente em 2008, os fluxos de saída de investimento chineses atingiram na ocasião o recorde de US\$ 52 bilhões, superados pelos US\$ 87,8 bilhões de 2012, o que tornou a China, naquele ano, o terceiro colocado mundial, em termos de IED (BBVA RESEARCH, 2013). Desde 2000, a China passou a ter empresas figurando na lista das maiores corporações oriundas dos países em desenvolvimento. Algumas delas, inclusive, estão situadas entre as maiores de seus respectivos setores em âmbito internacional, conforme apontado em estudo de Proença et al. (2011). Como destacado por Cunha (2011),

A política de *'Going Global'* evidencia a estratégia chinesa de construir "campeões nacionais". Além de nuclear o esforço industrializante, os conglomerados chineses vêm sendo incentivados pelo governo a avançar em seus processos de internacionalização. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, Cnooc e a Petrochina representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda na área de commodities há outros gigantes com controle ou participação estatal, como a *Aluminum Corporation of China* (Chalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de em setores como alimentos e bebidas (*Tsingtao e Cofco International*), comércio e navegação (*China Ocean Shipping Group e Sinochem Corp*) e construção civil (CHINA STATE CONSTRUCTION AND ENGINEERING COMPANY:16).

Medeiros (2006) destaca, ainda, o controle dos fluxos de capitais financeiros pelo governo, que tem exercido um papel relevante no sentido de manter a estabilidade da moeda chinesa, de modo a garantir a contribuição efetiva dos investimentos à economia, instrumento importante para a autonomia da política econômica e da trajetória de crescimento, o que diferencia a China das economias periféricas e semiperiféricas. Em estudo recente (OURIQUES ET AL, 2013), apontamos a utilização do fundo soberano de riqueza (ativos de propriedade estatal) como

um instrumento da estratégia de desenvolvimento do Estado chinês. Nesse caso particular, foi criado em 2007 o *China Investment Corporation* (CIC), com um portfólio mais amplo em sua atuação, inclusive buscando investimentos de maior risco e retorno. Tal fundo tem sido um instrumento importante de aquisição de ativos estratégicos no exterior por parte do Estado chinês, pois através do CIC a China tem adquirido participação e/ou controle em fontes de recursos naturais e energéticos em várias partes do mundo.

Pode-se dizer que a experiência chinesa de crescimento acelerado das últimas décadas reforça a ideia de que a intervenção do Estado na economia, com o intuito de promover uma política ativa de consolidação da indústria, na condução das políticas macroeconômicas e na criação de um ambiente atrativo para a captação de investimentos externos diretos é fator crucial do desenvolvimento. Embora o tamanho do desafio pareça refletir as dimensões de tudo que envolve a China, esse país demonstrou, até agora, saber lidar com os instrumentos de política econômica de modo gradualista e pragmático, atuando conforme as exigências das circunstâncias. O sucesso atingido pelo modelo chinês de “Estado Desenvolvimentista” demonstra a importância do papel do Estado, bem como fornece uma orientação para responder aos desafios impostos pela globalização, entendida aqui como uma trajetória de longo prazo na economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2004). Neste sentido, pode-se afirmar que a China tem conseguido se beneficiar do padrão de distribuição de riqueza do capitalismo histórico, como herdeira do modelo de desenvolvimento instaurado na região do Leste Asiático desde os anos 1950 (ARRIGHI, 1997).

Focadas na absorção de tecnologias e investimentos estrangeiros, as políticas econômicas implantadas na China resultaram em um avanço considerável em muitos indicadores, a saber: aumento das reservas cambiais, fortalecimento do mercado e da demanda interna, elevação do nível de renda da população, redução da pobreza no campo, dinamização da indústria e da atividade exportadora gerando ganhos de escala, entre outros. O progresso e o crescimento constantes levaram a China a ocupar a posição de centro gravitacional do desenvolvimento regional asiático e exercer influência direta nas cadeias de produção e nos fluxos comerciais globais.

Além disso, a China é, hoje, uma verdadeira potência, com novas necessidades e demandas e maior participação no ambiente internacional. Sua elevada capacidade financeira, adquirida através do rígido controle das contas de capitais, tem permitido ao Estado desenvolvimentista chinês colocar em prática uma política externa de aproximação diplomática e comercial com países considerados estratégicos, em particular os países africanos, com a finalidade de estabelecer vínculos e garantir o fornecimento de insumos essenciais à manutenção de seu modelo econômico de crescimento. E é sobre isso que trataremos na próxima seção. Em linhas gerais, buscaremos abordar as relações estabelecidas entre a China e a África entre o final do século XX e o início do século XXI, discutindo ao mesmo tempo suas implicações teóricas e empíricas para o sistema econômico mundial.

3 Panorama sobre as relações entre China e África no século XXI

Desde a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, este país adotou uma política externa de aproximação com os países africanos, principalmente por motivos políticos², tendo como ápice a Conferência de Bandung, em 1955, na qual países asiáticos e africanos criaram o Movimento dos Não Alinhados, cujo objetivo era manter o afastamento em relação à União Soviética e ao imperialismo dos países ocidentais. Por circunstâncias ligadas à conjuntura interna chinesa (processo de reforma e abertura), ocorre no início da década de 1980 um relativo afrouxamento dos laços da China com o continente africano, mas, a partir da década de 1990, a China voltou sua atenção novamente para os países do chamado Terceiro Mundo. Alden (2007) menciona a visita do então Presidente Jiang Zemin ao continente africano em 1996, na qual ele apresentou a proposta dos cinco pontos³, que visava estabelecer os termos de uma nova relação com a região. A África tornou-se um dos principais focos da política de “parceria estratégica” chinesa e, desde então, a diplomacia chinesa empenhou-se em fortalecer suas ligações com os países africanos e a formar acordos não só econômicos e comerciais, mas também de cooperação técnica, política e militar.

Pautasso (2010) e Carmody e Owusu (2011) sugerem que isto se deve à exigência de uma maior participação nos negócios internacionais, por parte da China, com fins de manter o ritmo acelerado do crescimento econômico. Uma vez que a capacidade de exportação e o fortalecimento do mercado interno aumentaram a demanda por mercados e matérias-primas, e, conseqüentemente, fortaleceram o peso político-diplomático do país no contexto mundial, além de obrigarem a China a repensar sua posição geopolítica e formar novas alianças:

Assim, o final do Século XX reuniu elementos de inflexão rumo à universalização da diplomacia chinesa: 1) a repressão da Paz Celestial em 1989 forçou a diversificação das relações exteriores para evitar o isolamento promovido pelos EUA; 2) o crescimento econômico impulsionou a dependência crescente de importação de petróleo a partir de 1993, exigindo a ampliação e diversificação do fornecimento; 3) o fortalecimento macroeconômico gerou crescentes acúmulos de capitais ampliando a capacidade financeira do país em realizar investimentos diretos e fornecer créditos internacionais. Tais transformações têm criado condições objetivas ao país para reocupar seu status de potência mundial. E uma diplomacia voltada aos países periféricos (diplomacia zhoubian), com destaque ao continente africano, é parte fundamental da universalização da política externa chinesa (PAUTASSO, 2010:109).

Portanto, o interesse chinês pela África deve ser encarado como consequência desse reposicionamento estratégico, tendo em vista as necessidades de abastecimento de produtos naturais para a sustentação do modelo de desenvolvimento chinês⁴. O tamanho da população, a pouca disponibilidade de terras aráveis e a demanda energética são exemplos

2 Para detalhes, ver Muekalia (2004).

3 Os cinco pontos seriam os seguintes: a amizade confiável, a igualdade soberana, a não intervenção, o desenvolvimento mutuamente benéfico e a cooperação internacional.

4 Nesse contexto, o estudo de Hasnat (2013), ao comparar os investimentos dos EUA e da China no continente africano nos últimos anos, mostra que a motivação desses dois países é a mesma: o acesso e o controle das fontes de recursos naturais.

que explicam a grande necessidade chinesa por recursos naturais, existentes em abundância na África, sendo esta necessidade obviamente decorrência do modelo de crescimento da economia chinesa, baseado na expansão da indústria pesada, na expansão imobiliária e da infraestrutura e no próprio aumento da produção e consumo interno de bens manufaturados, como automóveis.

De acordo com o documento *The China Analyst* (setembro de 2013), os investimentos chineses na África passaram de quase US\$ 500 milhões em 2003 para US\$ 22,9 bilhões em 2012. Além disso, mais de 2.000 empresas chinesas investem na região, especialmente nos setores de mineração, finanças, manufaturas, construção e agroindústrias. Mas é perceptível que o maior interesse econômico da China na África está atrelado ao acesso a fontes energéticas, especialmente o petróleo. Não é de se estranhar, portanto, que países produtores de petróleo da região, como Angola, Nigéria e Líbia, estejam entre os principais parceiros comerciais da China. A África, em 2012, foi responsável por 10,9% da produção do petróleo mundial, de acordo com relatório da *British Petroleum* (2013). Segundo a mesma fonte, Angola respondeu por 2,1% da oferta; Nigéria ofertou 2,8% do petróleo mundial e Líbia, 1,7%. Assim, a China, grande consumidora de petróleo (11,7% do petróleo consumido no mundo em 2012), com oferta insuficiente para atender a demanda interna (produziu 5% do petróleo total do planeta em 2012), pragmaticamente estreitou suas relações econômicas com esses países africanos, produtores de petróleo, para diversificar suas fontes de abastecimento (diante da instabilidade do Oriente Médio, principal região produtora) e garantir, no longo prazo, combustível para sua máquina de crescimento econômico.

É importante assinalar aqui que a maior presença chinesa na África, através dos IED, está contextualizada na estratégia mais geral de internacionalização da economia chinesa. Em outras palavras, no contexto da expansão dos investimentos chineses em todas as regiões do planeta, seguindo o modelo "*Go Global*". E mais, quando falamos em África, temos que lembrar que a região não é a maior receptora dos fluxos de investimento daquele país e, além disso, tais investimentos estão concentrados em poucos países.

De acordo com Kobylinski (2012), no ano de 2012 os países que mais receberam investimentos chineses foram Nigéria (US\$ 15,4 bilhões), Argélia (US\$ 9,2 bilhões), África do Sul (US\$ 6,6 bilhões), República Democrática do Congo (US\$ 6,5 bilhões) e Níger (US\$ 5,2 bilhões). A mesma autora chama a atenção, ainda, para o peso relativamente pequeno que o continente africano possui no montante de fluxos de investimentos chineses no exterior⁵, pois representou 4,3% dos fluxos de IED da China em 2004, chegando a 9,8% em 2008 e ficando em 0,3% em 2010 (aqui, devemos levar em conta a crise econômica mundial, obviamente).

⁵ De acordo com várias fontes, os IED chineses têm um peso muito significativo em seu entorno imediato, isto é, a ASEAN, receptora de mais da metade dos investimentos chineses na última década.

TABELA I – Estoque de investimento externo da China em regiões selecionadas (2003-2012)
(US\$ milhões)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	33222	44777	57206	75026	117911	183971	245755	317211	424781	531941
Desenvolvido	1523	2116	2815	3948	8268	10799	18175	29701	46651	73148
Em desenv.	31952	42454	53563	69643	107264	169289	222975	281597	370117	445739
Transição	108	207	827	1434	2378	3883	4604	5912	8013	13053
Am. Lat. & C.	4619	8268	11470	19694	24701	32240	30595	43876	55172	68212
África	491	900	1595	2557	4462	7804	9332	13042	16244	21730
Ásia	26470	33270	40471	47298	77767	128854	182586	224099	297921	354830
AL&C/Mundo	13,90	18,46	20,05	26,25	20,95	17,52	12,45	13,83	12,99	12,82
África/Mundo	1,48	2,01	2,79	3,41	3,78	4,24	3,80	4,11	3,82	4,09
Ásia/Mundo	79,68	74,30	70,75	63,04	65,95	70,04	74,30	70,65	70,14	66,70

Fonte: UNCTAD. Bilateral FDI Statistics 2014. Elaboração do autor.

Renard (2011) também chama a atenção para o peso marginal da África como parceira comercial da China, em relação a outras regiões. A Tabela I, acima, corrobora esse argumento, mostrando o estoque de investimento externo da China em regiões selecionadas entre 2003-2012. É perceptível o incremento dos investimentos na África, que saltaram de US\$ 491 milhões em 2003 para US\$ 21,7 bilhões. Mas, em termos de participação no total dos IED chineses, o incremento relativo foi muito pequeno, passando de 1,48% dos IED em 2003 para 4,09% em 2012 (e, segundo relatório do BBVA, a África superou apenas a Oceania como receptora dos investimentos chineses nesse ano). Percebe-se, na verdade, um peso significativo da Ásia como região receptora dos investimentos chineses.

Feitas essas ressalvas, é perceptível que a China, diante da sua própria conjuntura interna acima exposta, tenha direcionado suas atenções para a África com mais força a partir dos anos 2000, o que claramente impactou o crescimento econômico de vários países africanos que, como muitos países latino-americanos, entraram em uma fase que podemos denominar de *boom das commodities*. Isto é, a demanda chinesa e o próprio aumento dos preços dessas commodities (puxado pela maior demanda da China) foram motores da expansão econômica dessas duas regiões periféricas. No caso africano, vários autores destacam que grande parte do crescimento econômico da região é devido ao estreitamento do relacionamento econômico com a China (CARMODY; OWUSU, 2011; RENARD, 2011; PAUTASSO, 2010; EDOHO 2011). O Fundo Monetário Internacional (2013) mostrou que, dos anos 2000 em diante, a África Subsaariana foi a região que teve o segundo maior crescimento do PIB, perdendo apenas para a Ásia em desenvolvimento (que inclui China).

O crescimento econômico da África pode ser percebido a partir do aumento do valor das exportações da região (Tabela II). Contudo, em termos comparativos com o total da economia mundial, há nos anos 2000 um movimento que apenas parece estar começando a recuperar um terreno perdido ao longo dos anos 1980 e 1990. Afinal, a participação da África no valor das

exportações mundiais era de 5,92% em 1980 e é de 3,42 % em 2012. Muito diferente parece ser a trajetória da Ásia como um todo e da China em particular, que aumentaram significativamente suas participações no valor exportado em relação ao montante mundial. Em outras palavras, e isso será apresentado com mais vagar ao longo deste artigo, acreditamos que ainda é muito cedo para afirmar que a maior presença chinesa esteja alterando (ou possa alterar), em uma perspectiva sistêmica, o papel da África como periferia na economia mundial⁶.

TABELA II – Exportações de regiões selecionadas e total mundial (US\$ milhões)

Região	1980	1990	2000	2005	2010	2012
Mundo	2.049.407	3.495.585	6.448.851	10.499.521	15.283.481	18.402.184
África	121.378	104.923	147.656	311.127	393.529	630.023
África/Mundo em %	5,92	3,0	2,28	2,96	2,57	3,42
Ásia	372.473	589.649	1.536.462	2.903.030	5.016.456	6.447.694
Ásia/Mundo (em %)	18,17	16,87	23,82	27,62	32,82	35,04
China	18.099	62.091	249.203	761.953	1.577.754	2.048.714
China/mundo em %	0,88	1,77	3,86	7,25	10,32	11,13

Fonte: UNCTAD Yearbook of Statistics (2013). Obs.: Ásia inclui Japão e Israel.

Mas um fato é inegável: as estatísticas disponíveis mostram o crescimento dos fluxos comerciais e dos investimentos chineses em países africanos a partir dos anos 2000. No caso de Angola (Anexo I), por exemplo, que é o maior parceiro comercial chinês em montante exportado no continente africano, nota-se o impressionante crescimento das exportações no período 2000-2012, que saltaram de pouco mais de US\$ 1,8 bilhão em 2000 para pouco mais de US\$ 33 bilhões em 2012. O total de exportações de Angola, para 2012 (dados do Banco Mundial), girou em torno de US\$ 71 bilhões. Ou seja, somente a China foi responsável pela recepção de aproximadamente 47% das exportações angolanas em 2012, o que denota a forte conexão deste país com a economia chinesa. Nesse caso em particular, o elemento fundamental foi o fornecimento de petróleo, pois em 2010 Angola foi responsável por 25% das importações de petróleo por parte da China (Burgos e Ear, 2012). Além disso, há uma notória dependência de Angola em relação ao petróleo. Segundo Burgos e Ear (2012), *“crude oil accounts for 90-95% of export earnings, 80% of government revenues, and more than 50% of its gross domestic product (GDP)”* (p. 355).

O que os dados disponíveis também mostram, a respeito das exportações dos países africanos que mais têm relações comerciais com a China (em termos de valor das exportações), é a concentração da pauta exportadora em derivados do petróleo e outros minerais (Tabela III). Angola, Argélia e Nigéria têm mais de 90% de suas exportações individuais concentradas em três grupamentos de produtos. Sudão tem 81% de suas exportações concentradas em três grupos de produtos e a República Democrática do Congo tem 69% de

⁶ Foge ao escopo desse artigo uma discussão a respeito da dominação ocidental na África. Para uma primeira aproximação com essa temática, ver, entre outros, Ki-Zerbo (2011) e Hugon (2009).

suas exportações concentradas em três produtos. A exceção, nos países aqui selecionados, é a África do Sul, que possui uma pauta exportadora mais diversificada, pois nenhum produto responde por mais de 10% de suas exportações (o que expressa o fato, aliás, de ser a economia mais desenvolvida de toda a África). O crescimento das exportações para a China, por parte desses países, entre 2000 e 2012 (Anexo I), é explicado pela necessidade do país asiático em garantir o suprimento de recursos naturais para seu processo de desenvolvimento econômico, como já salientado.

TABELA III – Estrutura das exportações em países africanos selecionados 2011/2012

País e três principais produtos exportados	% das exportações do país	% do mundo
Angola		
a) petróleo bruto e petróleo betuminoso	97	3,99
b) petróleo pesado e petróleo betuminoso	1	0,07
c) pérolas preciosas e pedras semipreciosas	1	0,45
Argélia		
a) petróleo bruto e petróleo betuminoso	46,7	1,98
b) gás natural, liquefeito ou não	28,9	6,05
c) petróleo pesado e petróleo betuminoso	14,2	1,06
África do Sul		
a) prata, platina e metais platinados	9,6	12,8
b) minério de ferro e seus concentrados	7,6	4,98
c) ouro não monetário, excluindo minério	6,4	2,29
Sudão		
a) ouro não monetário, excluindo minério	48,7	0,33
b) petróleo bruto e petróleo betuminoso	28,0	0,03
c) petróleo leve	4,5	0,11
Nigéria		
a) petróleo bruto e petróleo betuminoso	78,2	5,76
b) gás natural, liquefeito ou não	8,3	3,04
c) petróleo pesado e petróleo betuminoso	6,2	0,79
República Democrática do Congo		
a) cobre	43,5	1,95
b) petróleo bruto e petróleo betuminoso	15,5	0,06
c) minerais metálicos	10,7	2,12

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics 2013

As Tabelas IV e V mostram a estrutura das exportações e importações da África segundo grupos de produtos, destino das exportações e origem das importações para os anos de 1995, 2005 e 2012. No tocante às exportações africanas, percebe-se uma redução da participação das economias mais desenvolvidas como destino para todos os cinco grupos de produtos (alimentos; matérias-primas de origem agrícola; minerais, metais, pedras preciosas e ouro; combustíveis; manufaturas). No agregado, a participação das economias desenvolvidas passou de 72,7% em 1995 para 54,7% em 2012. As economias em desenvolvimento (incluindo China) passaram e

receber percentuais maiores das exportações africanas para todos os cinco grupos de produtos. E em três desses grupos (matérias-primas de origem agrícola; minerais, metais, pedras preciosas e ouro; manufaturados), as economias em desenvolvimento passaram a receber mais da metade das exportações africanas. Em outras palavras, percebe-se um movimento de redução da importância das economias mais avançadas em benefício das economias em desenvolvimento, mostrando um movimento maior de comércio “Sul-Sul”.

TABELA IV – Estrutura das Exportações da África por grupos de produto e destino das exportações (em %)

	Ano	Economias desenvolvidas	Economias em transição	Economias em desenvolvimento
Todos os produtos	1995	72,7	0,7	25,5
	2005	69,3	0,5	29,2
	2012	54,7	0,5	44,5
Alimentos	1995	72,8	1,6	24,9
	2005	63,8	2,8	32,8
	2012	47,9	3,6	48,5
Matérias-primas de origem agrícola	1995	58,4	0,1	40,7
	2005	50,9	0,4	48,7
	2012	36,9	0,9	62,2
Minerais, metais, pedras preciosas e ouro	1995	77,6	0,3	21,3
	2005	69,1	1,3	29,6
	2012	43,4	0,8	55,7
Combustíveis	1995	79,7	0,8	17,4
	2005	73,9	0,0	25,3
	2012	61,0	0,1	38,5
Manufaturados	1995	61,3	0,4	37,7
	2005	61,0	0,6	37,9
	2012	47,8	0,7	51,5

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics 2013. Elaboração do autor

TABELA V – Estrutura das Importações da África por grupos de produto e local de origem (em %)

	Ano	Economias desenvolvidas	Economias em transição	Economias em desenvolvimento
Todos os produtos	1995	63,9	1,2	31,9
	2005	50,4	2,5	42,5
	2012	42,7	2,9	50,5
Alimentos	1995	60,7	0,6	37,7
	2005	45,6	3,8	49,8
	2012	38,8	7,2	53,9
Matérias-primas de origem agrícola	1995	62,0	6,4	31,0
	2005	57,3	6,6	35,7
	2012	65,3	5,3	29,3
Minerais, metais, pedras preciosas e ouro	1995	67,6	3,0	28,6
	2005	38,4	4,8	52,5
	2012	46,9	3,4	49,0
Combustíveis	1995	18,7	1,3	77,7
	2005	18,0	4,4	77,4
	2012	30,6	5,3	64,1
Manufaturados	1995	70,8	1,1	26,8
	2005	59,3	1,9	37,8
	2012	48,1	1,3	50,3

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics 2013. Elaboração do autor.

No que diz respeito à pauta de importações da África, percebe-se movimento similar ao das exportações, no período considerado (Tabela V). Para o total de produtos, a África passou a importar mais da metade (50,5%) das economias em desenvolvimento em 2012 (esse percentual era de 31,9% em 1995). O mesmo movimento se percebe em três dos cinco grupos de produtos (alimentos; combustíveis; manufaturados). E aqui o caso chinês é digno de menção, pois do que esse país exportou para a África em 2012, 94,5% foram de produtos manufaturados (o percentual foi de 86,1% em 1995), de acordo com a UNCTAD (2013). Temos aqui a configuração de uma relação comercial na qual a África importa da China basicamente produtos manufaturados, exportando produtos primários, alimentos, minerais e petróleo.

Em resumo, podemos perceber que na primeira década do século XXI houve um direcionamento maior dos fluxos comerciais da África para as economias em desenvolvimento, e que a pauta exportadora africana é extremamente concentrada em produtos considerados primários (minerais, petróleo e derivados e matérias-primas de origem agrícola) e que suas importações dizem respeito principalmente a produtos manufaturados. Isso parece ser, na verdade, uma característica histórica, estrutural, do continente africano como um todo.

Passemos, portanto, a um breve relato acerca de algumas situações recentes envolvendo a presença chinesa no continente africano. De acordo com *The China Analyst* (2013), em setembro de 2012 o governo da Tanzânia assinou um memorando de entendimento com a China a respeito da construção de um gasoduto de US\$ 1,2 bilhão entre Mnazi Bay para Dar es Salaam. No mesmo mês, a Autoridade Ferroviária Tanzânia-Zâmbia (Tazara) e o governo chinês celebraram

um acordo de US\$ 42 milhões para que a empresa implemente 12 projetos destinados a melhorar suas operações, com a previsão de que o número de locomotivas seja dobrado em 2015. Em novembro de 2012, a fabricante de veículos comerciais *Beiqi Foton Motor Corporation* assinou um memorando de entendimento com o governo de Camarões, para investir US\$ 500 milhões em uma fábrica no país, com capacidade de produção anual de 5.000 caminhões e vans. Segundo a fonte que estamos citando, em janeiro de 2013 o governo da Costa do Marfim anunciou que tinha obtido o empréstimo de US\$ 500 milhões do *China Exim Bank* para construir a maior barragem hidroelétrica no país, pela *Sinohydro Corporation*. Em janeiro de 2013, a empresa estatal chinesa *Shandong Taishan Sunlight Group* anunciou planos de investimento de até US\$ 2 bilhões em um projeto de exploração de carvão no Zimbábue. Em março de 2013, foram assinados vários acordos sobre infraestrutura, agricultura e comércio entre a China e a Tanzânia, durante a visita de dois dias do presidente Xi Jinping. Um dos maiores projetos é a construção de um porto de US\$ 10 bilhões, na zona industrial de Bagamoyo, que será construído pela *China Merchants Group*. E, em agosto de 2013, a *Yangzhou Perfect China* adquiriu a fazenda *Val de Vie*, marcando o primeiro investimento chinês na indústria vinícola da África do Sul. Esses poucos exemplos mostram o foco em investimentos em infraestrutura e recursos energéticos, mas também apontam para a diversificação de atividades (indústria vinícola, por exemplo), como apontado por outros estudos (Michel, 2008).

E é importante assinalar que tudo isso implicou no atrelamento de vários países africanos à própria dinâmica econômica chinesa. O FMI, no documento *“Sub-Saharan Africa: keeping the pace”* (2013), discute os ganhos da África a partir do comércio com a China. Relatando que este país se tornou o maior parceiro comercial da região nos últimos anos, e um dos principais investidores e fornecedor em da ajuda para o desenvolvimento, esta entidade menciona um estudo que demonstrou que o aumento de 1 ponto percentual no crescimento dos investimentos em capital fixo na China tende a aumentar a taxa de crescimento da África Subsaariana em 0,6 ponto percentual. E que essa intensidade varia por grupo de países, com efeito maior para os países ricos em produtos naturais, especialmente petróleo, que representam uma grande parte das exportações da região para a China. Para os cinco principais países da África Subsaariana ricos em recursos, classificados pelo peso das exportações para a China como uma porcentagem do PIB (Angola, África do Sul, República do Congo, Guiné Equatorial e República Democrática do Congo), um aumento de 1 por cento no crescimento dos investimentos internos na China é acompanhado de um aumento de 0,8 ponto percentual na taxa de crescimento das exportações desses países. Em outras palavras, parte significativa do crescimento dessas economias africanas é explicada pela expansão chinesa.

4 As relações entre China e África em perspectiva sistêmica

Como vimos na seção anterior, os dados e relatos disponíveis sugerem uma maior proeminência chinesa no continente africano, impactando positivamente os fluxos comerciais desses países. Por conta disso é que, como destacado por Caniglia (2012), a maioria dos países africanos parece ver com bons olhos as novas oportunidades oferecidas pelas parcerias com

a China. Além dos ganhos econômicos provenientes da exportação de recursos naturais, os países africanos sentem que estão engajados em um diálogo entre iguais, pois a China adotou a política de não interferência nos assuntos internos dos países africanos, como também assinalado por Alden (2007 e 2012), Vines (2007) e Sautman & Hairong (2009).

Outro aspecto que merece ser mencionado: a presença maior da China no continente africano deu-se no contexto de um vácuo da participação ocidental na região, como destacado por Edoho (2011) e Caniglia (2011). Depois de pelo menos duas décadas de crise africana (anos 1980 e 1990), os anos 2000, como já mencionado nesse texto, marcam uma nova fase de crescimento econômico em muitos países do continente. Passemos então a uma breve contextualização da conjuntura sistêmica dos anos 1980 em diante.

Arrighi (2006) nos recorda que, no contexto das lutas pela libertação colonial e independência que varreram a África pós Segunda Guerra Mundial, vários países do continente tiveram desempenhos econômicos satisfatórios, até meados dos anos 1970. O colapso africano “foi parte integrante de uma grande mudança da irregularidade inter-regional do desempenho econômicos do Terceiro Mundo. Nesse período, desenvolveu-se uma forte bifurcação entre o desempenho em queda da África subsaariana, da América Latina e, do outro lado, o desempenho em ascensão da Ásia oriental e meridional” (p. 41). Essa bifurcação, para esse autor, liga-se à própria crise de hegemonia dos EUA dos anos 1970, que fez com que esse país, para tentar resolver seus problemas de legitimidade política e de crise de lucratividade⁷, promovesse uma virada em sua política econômica mais ampla, através da política de elevação dos juros, que redirecionou os fluxos de capitais para os Estados Unidos, em detrimento de algumas das regiões periféricas. Para Arrighi,

De um lado estavam aquelas regiões que, por razões históricas e geográficas, tinham mais vantagem na competição por uma parcela da crescente demanda norte-americana de produtos industrializados baratos. Essas regiões tenderam a beneficiar-se com o redirecionamento do fluxo do capital, já que a melhoria de sua balança de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial. De outro lado estavam regiões que, por razões históricas e geográficas, tinham mais desvantagem na competição por uma parcela da demanda norte-americana. Essas áreas tenderam a enfrentar dificuldades na balança de pagamentos que as deixaram na posição desoladora de competir diretamente com os Estados Unidos no mercado financeiro mundial. Em linhas gerais, parece-me ser essa a fonte primária da bifurcação do destino das regiões do Terceiro Mundo que se iniciou no final da década de 1970 e se materializou por completo nos anos 1980. (Arrighi, 2006:48)

Para esse autor, em flagrante contraste com o Leste Asiático, no final dos anos 1970 a África subsaariana estava em desvantagem na luta competitiva, “não só em função da sua escassez estrutural de oferta de mão de obra barata e flexível como também da exiguidade do estrato empresarial local capaz de mobilizar de forma lucrativa a pouca oferta de mão de obra barata e flexível existente” (ARRIGHI, 2006: 49).

7 Em poucas palavras, a crise de legitimidade relacionou-se com o custo social e econômico oriundo da política de coação para conter o comunismo no Terceiro Mundo, exemplificada principalmente pelo fracasso na Guerra do Vietnã. A crise de lucratividade relacionou-se, principalmente, à maior pressão competitiva sobre as empresas em geral, por conta da própria entrada de competidores (empresas japonesas e europeias, principalmente alemãs) na disputa pelos mercados globais. Para detalhes, ver Arrighi (2006).

Castells (1999) também relata a conjuntura de crise generalizada na África a partir dos anos 1980. Segundo esse autor, a África subsaariana experimentou um processo de significativa deterioração de sua posição relativa no comércio, investimentos, produção e consumo em relação a todas as demais áreas do globo. Em perspectiva histórica, entre 1870 e 1970, durante a incorporação da África à economia-mundo capitalista, “as exportações africanas tiveram crescimento acelerado, com sucessivos aumentos da participação no total de exportações dos países em desenvolvimento” (CASTELLS, 1999:108). A década de 1980, contudo, marcou a reversão dessa tendência, segundo o autor, pois, “em 1950 a África respondia por mais de 3% das exportações mundiais; em 1990, contudo, por cerca de 1,1%” (idem, *ibidem*). Além disso, a concentração das exportações da região em bens primários e a própria fragilidade dos mercados internos fizeram com que a industrialização por substituição de importações e a produção agrícola para os mercados internos não se sustentassem. Isso fez com que a maioria das economias africanas dependesse da ajuda internacional e dos empréstimos externos. O que significou que a região recebesse 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo, e um salto da dívida externa total de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994 (em percentagem do PIB). Assim, foram impostas as políticas de ajuste e reestruturação⁸, que significaram, ao fim e ao cabo, a marginalização da África na economia global:

Globalization has contributed to the marginalization of Africa in the global economy. Africa’s marginalization can be explained in terms of the decline in the amount of Western investment and volume of trade, and the levels of economic aid and technical assistance to the region. Capital flight and brain drain have exacerbated Africa’s marginalization. The level of Western investment in Africa underscores the gravity of marginalization (EDOHO, 2011:104).

Nesse sentido, apesar das preocupações do Ocidente em relação à presença chinesa na África⁹, a maior inserção desse país no continente é também o resultado do próprio vácuo causado pelo ostracismo a que foi submetida a África pelos países centrais do Ocidente desde o início dos anos 1980. Ou seja, a China acabou se tornando cada vez mais importante economicamente para muitos países africanos simplesmente porque empresas e governos ocidentais deixaram de investir ou investiram muito pouco nos mesmos. O outro aspecto importante a ser aqui mencionado é a própria proeminência política que a China passou a ter aos olhos de muitas lideranças africanas, pois este país, através da disseminação da política de parceria estratégica (com a criação do Fórum de Cooperação China-África – FOCAC¹⁰) tem sido

8 Como diz Castells: “...cientes da impossibilidade de a África saldar a dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se dessa dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação” (Castells, 1999:113).

9 Segundo a Chanceler alemã, Angela Merkel: “We Europeans should not leave the continent of Africa to the People’s Republic of China... We must take a stand in Africa” (citada em Campbell, 2008:92). Esse autor, alias, assinala: “The most serious worry for the USA was expressed by the spokespersons of the IMF and the World Bank, who complained that China’s unrestricted lending had undermined years of painstaking efforts to arrange conditional debt relief” (idem, p. 92).

10 Oliveira (2008) argumenta que a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, mostrou que China possui oficialmente uma “política africana” que gerou amplos fluxos financeiros da China para os países africanos, sem condicionalidades, e compras em grande escala de petróleo e matérias-primas. Segundo esse autor, são cinco os princípios que regem o relacionamento da China com os países estrangeiros e, mais especificamente, que regem as relações diplomáticas com os países africanos:

mais e mais encarado como um exemplo a ser seguido pelo “Terceiro Mundo”¹¹ e um parceiro nos negócios que não apresenta condicionalidades para investimentos e empréstimos, além de ter feito um gesto simbólico de perdão de dívidas externas de vários países africanos.

O estudo de Sautman e Hairong (2009) apresenta uma pesquisa com lideranças em vários países africanos, que constatou que há uma aceitação generalizada da presença chinesa, vista de forma muito diversa da antiga presença ocidental. De acordo com a conclusão desses autores:

China presents for some Africans an example of development fostered by encouraging domestic savings, the factor most likely to sustain growth. In contrast to Western aid, China's is not politically conditioned and, contrary to the prevailing discourse, its non-intervention policy may make China more, rather than less, popular among common Africans, as it obviates political obstacles to the speedy delivery of infrastructure. China has no history of colonialism and has not recently invaded other states. It has supported developing country attempts to redress grievances such as subsidies that impair their exports (SAUTMAN; HAIRONG, 2009:759).

A percepção de que a presença chinesa é distinta da ocidental parece estar embasada na própria história das relações África-Occidente e na forma distinta pela qual a China tem se apresentado perante as lideranças africanas. Campbell (2008), em uma excelente síntese a respeito do assunto, afirma o seguinte:

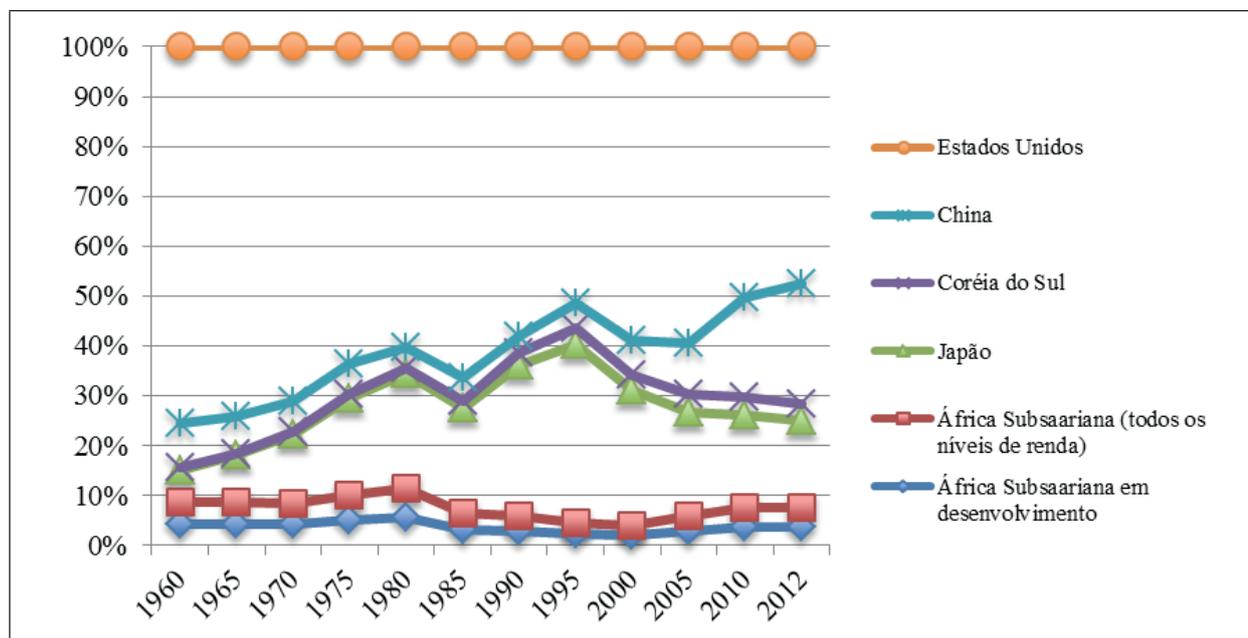
Despite the attempt of some Western pundits to place the stamp of imperialism on these new relations, there is a number of features of Chinese relations with Africa that distinguish China from the EU and the USA. First and most importantly, China was never a participant in the inglorious transatlantic slave trade. Second, there has been no tradition of Chinese colonialism, genocide and occupation in Africa. Third, China embraced the African liberation process with diplomatic, political, material and military support. Fourth, both China and the AU formed the part of the South-South in the WTO, opposing the patenting of life forms and the hegemonistic plans of US-based biotech corporations. Fifth, China has not been identified with the structural adjustment policies that impoverished Africa over the past 30 years” (CAMPBELL, 2008:100).

É nessa contextualização que deve ser entendida a afirmação de Arrighi de que “os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as alianças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos” (ARRIGHI, 2008:217). Resta saber se a maior presença chinesa é capaz, por si só, de induzir mudanças estruturais na África, que em seu conjunto pertence à periferia da economia-mundo capitalista.

1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica.

11 Alden (2005), por exemplo, destaca o simbolismo que a China exerce: “The symbolic attraction of China, a once-impoverished country victimized by Western imperialism and held back by its own pursuit of disastrous forms of socialism, clearly resonates with African elites looking for a positive development model from the Third World” (p. 156).

FIGURA I – PIB da África Subsaariana e países selecionados em relação ao PIB dos EUA
(Em % do PIB dos EUA) – 1960/2012



Fonte: Banco Mundial. World Development Indicators 2013. Elaboração do autor.

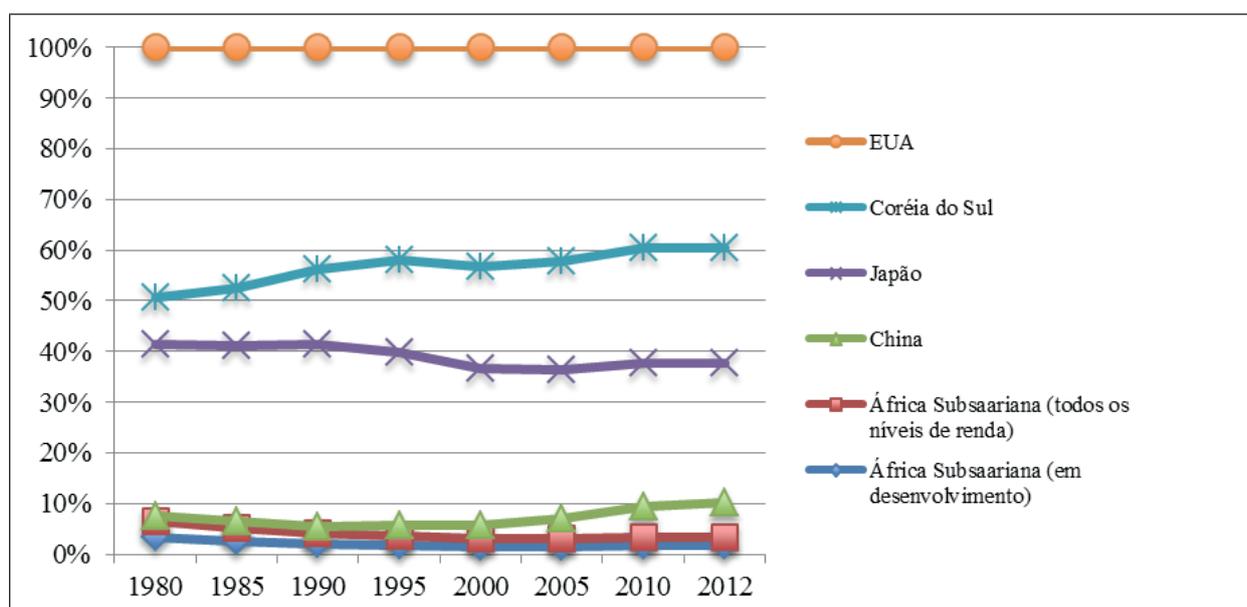
Em outras palavras, é preciso separar o que é conjuntural de situações estruturais. As Figuras I e II fornecem-nos uma primeira aproximação a respeito do assunto. Na primeira figura, percebemos a evolução do PIB de países e regiões selecionadas, entre os anos 1960 e 2012, em relação ao PIB dos EUA. Para a África Subsaariana considerada em desenvolvimento, o período 1960–1980 mostra um avanço em relação ao PIB dos EUA, pois o PIB da região passou de 5,7% em 1960 alcançando 9,48% em 1980 (ponto máximo, aliás). É notório o declínio entre 1980 e 2000, pois neste ano o PIB da África Subsaariana chegou ao ponto mais baixo na série, 3,32% do PIB dos EUA. Nota-se, desde então, um movimento de recuperação, chegando a 7,92% do PIB dos EUA em 2012 que, no entanto, ainda não alcançou o valor de 1980. Ou seja, *o período de 2000-2012 mostra não uma recuperação no sentido de avanço econômico, mas de tendência de retorno da África Subsaariana ao ponto onde se encontrava em 1980*. É perceptível a trajetória distinta apresentada pelo Japão, Coreia do Sul (para esses dois países, até 1995) e China para o período em questão, em especial o notável crescimento do PIB chinês em relação aos EUA no período pós-1980. O mesmo resultado da África Subsaariana pode ser observado com relação à evolução do PNB per capita em relação ao PNB per capita dos EUA, como mostra a Figura II. Mas aqui as observações devem ser mais detalhadas, como faremos na sequência.

A comparação (detalhada no Anexo II) entre o PNB per capita dos países africanos, do Japão, Coreia do Sul, China, Membros da OCDE e União Europeia com o PNB per capita dos EUA (a hegemonia mundial estabelecida no século XX) serve como um parâmetro para dimensionarmos criticamente o desenvolvimento econômico¹².

¹² O PNB per capita é a soma de todas as riquezas de residentes em um Estado (e inclui a renda recebida do exterior por esses residentes) e, nesse sentido, é uma medida de comando econômico. Aqui, está calculada em dólares correntes em paridade de poder de compra (dados brutos disponíveis na página eletrônica do Banco Mundial).

Na linha argumentativa exposta por Arrighi (1997), corroboramos a tese de que o desenvolvimento não passa de uma ilusão, entendido como equiparação ao padrão de bem-estar dos países do núcleo orgânico do sistema capitalista (pois as oportunidades de avanço econômico não estão disponíveis para todos ao mesmo tempo). Assim, apesar de todos os erros e acertos dos governos africanos das últimas décadas, apesar inclusive de todo o esforço de industrialização¹³, podemos perceber a estabilidade estrutural da condição periférica do continente africano como um todo.

FIGURA II – PNB per Capita da África Subsaariana e países selecionados em relação ao PNB Per Capita dos EUA entre 1980/2012 – (em % do PNB dos EUA)



Fonte: Banco Mundial. World Development Indicators 2013. Elaboração do autor.

A África Subsaariana em desenvolvimento, em 1980, tinha um PNB per capita que representava 6,6% do PNB per capita dos EUA. Esse percentual caiu para 4,2% em 2012. Chama a atenção o fato de a maioria dos países africanos, individualmente, terem piorado suas situações em relação aos EUA ou mantido posições quase idênticas nos dois extremos do período (1980 e 2012), como mostra o Anexo II. Dizendo de uma outra forma: *a maioria dos países africanos estava em 2012 praticamente na mesma situação em que se encontrava em 1980*. As exceções¹⁴, como de praxe, parecem confirmar a regra, pois são mais do que

¹³ Arrighi (2007) apresenta dados instigantes a esse respeito. Na África Subsaariana havia a participação de 43% da indústria manufatureira em 1960, em percentagem do Primeiro Mundo. Em 2000, esse percentual chegou a 77,8%. Ou seja, houve uma tendência à industrialização, como conjunto, da África Subsaariana. É o que esse autor chama de “convergência na industrialização”. Em outras palavras, o processo de industrialização efetivamente se espalhou pelo mundo. Contudo, não houve a “convergência de renda”, pois continuou em curso a polarização na economia mundial. É importante mencionar aqui que o estudo do Banco Mundial, *Una Nueva Geografía Económica* (2009), reconhece explicitamente que o desenvolvimento não gera prosperidade econômica a todas as partes do mundo ao mesmo tempo.

¹⁴ As exceções são Botswana (de 14,3% do PNB per capita dos EUA em 1980 para 30,5% em 2012), Guiné Equatorial (de 7,3% em 1985 para 35,3% em 2012), Ilhas Maurício (de 14,4% em 1980 para 28,6% em 2012), Cabo Verde (2,7% em 1980 para 9,4% em 2012) e Egito (de 8,7% em 1980 para 12,3% em 2012). No caso das Ilhas Maurício, devemos lembrar que se trata de um conhecido paraíso fiscal. Na atual fase de internacionalização financeira, é um fator que deve ser considerado em uma pesquisa específica. Os demais casos merecem uma análise mais detalhada que foge ao escopo deste trabalho.

compensadas pelos vinte e seis casos de declínio do PNB per capita em relação ao PNB per capita dos EUA (incluindo África do Sul, que tinha um PNB per capita que representava 32,4% do PNB per capita dos EUA em 1980 e 20,5% em 2012) e dezesseis casos de estabilidade na situação¹⁵.

Em outras palavras, para o continente africano, o período 1980-2012 revelou-se estável em uma coisa: sua histórica condição periférica foi mantida. E, desde 2000, apesar do *boom das commodities*, a posição relativa dos países africanos não foi alterada. Quando muito, há um crescimento nos anos 2000 que traz os indicadores para patamares próximos aos da década de 1980, como é o caso da Nigéria (PNB per capita de 4,6% dos EUA em 2012 contra PNB per capita de 4,2% dos EUA em 1985). Muito distinto, como a Figura II e o Anexo IV também evidenciam, foi o destino de Japão, Coreia do Sul e, mais recentemente, China. Os dois primeiros países claramente ascenderam na hierarquia da riqueza e a China deu um salto, que já pode ser considerado um milagre econômico, a partir dos anos 2000 (afinal, seu PNB per capita passou de 2% do PNB per capita dos EUA em 1980 para 17,2% em 2012).

Assim, o maior atrelamento das economias africanas à economia chinesa, perceptível a partir dos anos 2000, embora esteja trazendo vantagens conjunturais para vários países africanos (principalmente os exportadores de petróleo), devidamente apontada por vários autores¹⁶ – como uma maior dinâmica exportadora, projetos de assistência técnica e ajuda para o desenvolvimento e mesmo investimentos em infraestrutura local (incluindo escolas, hospitais) – não implica, por si só, que esteja ocorrendo uma mudança na estrutura histórica de posicionamento dos Estados africanos como periferias do sistema capitalista mundial.

5 Considerações finais

A maior presença chinesa no continente africano, no início do século XXI, suscitou e ainda suscita intenso debate acerca dos riscos e possibilidades para os países da África. Do ponto de vista dos riscos, vários autores destacam, como aspecto crítico da relação, a concentração dos investimentos chineses em poucos setores e o fato de muitos desses investimentos serem acompanhados pela importação de força de trabalho da própria China, o que causa e vem causando ressentimento em vários países. Também há alertas a respeito da manutenção da primarização de economias africanas ou mesmo de desindustrialização (como na África do Sul, por exemplo). Apesar disso, e por conta da forma distinta como lideranças chinesas buscaram a aproximação com a África, este país não é encarado como uma potência colonialista ou um novo imperialismo (SAUTMAN; HAIRONG, 2009; LUMUMBA-KASONGO, 2011; CAMPBELL, 2008).

Do ponto de vista das oportunidades, está presente em vários autores a percepção de que, face ao abandono a que foi submetida a África desde os anos 1980, a maior conexão com a economia chinesa pode significar uma oportunidade de avanço econômico. Alerta-se, nesse sentido, para que a África não fique refém tão somente da exportação de produtos primários

15 O Anexo II apresenta a série, em intervalos de cinco anos (entre 1980 e 2012), comparando o PNB per capita de cada Estado africano com o dos EUA.

16 Michel (2008), Lumumba-Kasongo (2011), (Caniglia (2011), Renard (2011), Ajakaiye (2006), entre outros.

(o que efetivamente ainda está ocorrendo!) e busque internalizar fases mais complexas das cadeias de mercadorias manufatureiras (EDOHO, 2011; ALDEN, 2012).

Indo além desse importante debate, tentamos trazer à baila a compreensão das relações entre China e África dentro da perspectiva da economia política dos sistemas-mundo. Nesse sentido, os bons resultados conjunturais de algumas economias africanas, principalmente aquelas dotadas de recursos considerados estratégicos, parecem apenas recolocar as economias locais exatamente onde se encontravam há pouco mais de trinta anos. Dadas as características fundamentais da economia-mundo capitalista, isto é, a desigualdade espacial e a polarização, é pouco provável que o continente africano como um todo, que novamente se apresenta como uma terra de renovadas e lucrativas oportunidades para velhos (EUA e Europa) e novos competidores no mercado mundial (China), consiga efetivamente ascender na hierarquia global de riqueza.

O que sugerimos, portanto, é que pesquisas futuras sejam feitas estudando relações bilaterais entre a China e países africanos específicos, com o foco na compreensão nas estruturas políticas e econômicas de mais longo prazo dessas sociedades africanas. Talvez consigamos avançar, nesse sentido, para além de análises que levantem riscos e possibilidades em vínculos econômicos conjunturais. Assim, poderemos ter uma compreensão mais crítica acerca de todo o mito que envolve o tema do desenvolvimento econômico, já que na trajetória do capitalismo histórico as oportunidades sempre ocorreram e continuam ocorrendo para poucos (países ou regiões) ao mesmo tempo. Na verdade, parece mesmo que a maioria dos países ou regiões, especificamente a África (independentemente de suas ações específicas), continuam e continuarão funcionando como periferias e semiperiferias nos quadros da economia-mundo capitalista.

Referências bibliográficas

AJAKAIYE, Olu. *China and Africa: opportunities and challenges*. 2006. A presentation at the African Union Task Force. Addis Abeba, Ehiopia, 14 p.

ALDEN, Chris. *China y África: un espejo distante para América Latina*. 2012. In: Colombia International, 75, p. 19-47.

_____. *China in Africa*. Survival: Global Politics and Strategy. 2005. London, 47:3, p. 147-164.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 1997. Petrópolis, Vozes.

_____. *A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo*. 2006. In: Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review. São Paulo, Boitempo, p. 31-60.

_____. *Globalização e desenvolvimento desigual*. 2007. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Volume 1, n. 1, 24p.

_____. *Adam Smith em Pequim*. 2008. São Paulo, Boitempo.

BANCO MUNDIAL. *Una nueva geografía económica*. 2009. Washington, Informe sobre el desarrollo mundial. Disponível em www.worldbank.org

- BBVA Research. *Economic Watch: China*. 2013. Hong Kong, Disponível em www.bbva.com
- BP Statistical Review of World Energy 2013. 2013. Londres, Disponível em www.bp.com/statisticalreview
- BURGOS, Sigfrido and EAR, Sophal. *China's oil hunger in Angola: history and perspective*. 2012. In: Journal of Contemporary China, 21(74), p. 351-367.
- CAMPBELL, Horace. *China in Africa: challenging US global hegemony*. 2008. In: Third World Quarterly, Vol. 29, n. 1, p. 89-105.
- CANIGLIA, Laura. *Western ostracism and China's presence in Africa*. 2011. In: China Information, 25, n. 2, p. 165-184.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. 1999. São Paulo, Paz e Terra.
- CARMODY, Pdraig e OWUSU, Francis. *A expansão da China para a África: interesses e estratégias*. 2011. In: A China na nova configuração global: impactos políticos e Econômicos. Brasília, IPEA, p. 235-267.
- CUNHA, André M. *A China e o Brasil na nova ordem internacional*. 2011. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, volume 19, número suplementar, p. 9-29.
- _____. *A ascensão da China à condição de potência econômica: há algo de novo no modelo asiático?* 2008. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política. João Pessoa.
- EDOHO, Felix. *Globalization and marginalization of Africa: contextualization of China – Africa relations*. 2011. In: Africa Today, volume 58, n. 1, p. 102-124.
- EISENMAN, Joshua. *China – Africa trade patterns: causes and consequences*. 2012. In: Journal of Contemporary China, 21 (77), september, p. 793-810.
- FENBY, Jonathan. *The Penguin History of Modern China – The fall and rise of a great Power 1850-2009*. 2009. London, Penguin Books.
- FMI. *Sub-Saharan Africa: Keeping the Pace*. 2013. Washington. Disponível em www.imf.org
- HASNAT, Baban. *The Us and Chinese Foreign Direct Investment in Africa*. 2013. In: China-USA Business Review. Vol. 12, n. 8, p. 735-745.
- HO-FUNG, Hung. *O Braço Direito dos Estados Unidos? O Dilema da República Popular da China*. 2011. In: Novos Estudos CEBRAP, número 89.
- _____. *Rise of China and the global overaccumulation crisis*. 2008. In: Review of International Political Economy, 15:2, p. 149-179.
- HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. 2009. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África*. 2010. Brasília, UNESCO, volumes 1 a 8.
- KOBYLINSKI, Katarina. *Chinese investment in Africa: checking the facts and figures*. 2012. In: Association for International Affairs. Briefing Paper 7, July 2012.
- LUMUMBA-KASONGO, Tukumbi. *China – Africa relations: a new-imperialism or a new-colonialism? A reflexion*. 2011. In: African and Asian Studies, 10, p. 234-266.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática*. 2006. In: Revista de Economia Política, Vol. 26, n. 3, p. 381-400, São Paulo.

- MICHEL, Serge. *When China met Africa*. In: Foreign Police, n. 166, May 2008.
- MUEKALIA, Domingos J. *Africa and China's strategic partnership*. In: African Security Review, v. 13, n. 1, p. 5-12, 2004.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A política africana da China*. 2008. In: Anais da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional : o Brasil no mundo que vem aí. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- OURIQUES, Helton R.; VIEIRA, Pedro A.; ARIENTI, Patrícia F. F. *O fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento*. 2013. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 36, p. 31-62.
- PAUTASSO, Diego. *A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica*. 2010. In: Século XXI: revista de relações internacionais. Escola Superior de Propaganda e Marketing do RS. Volume 1, n. 1, p. 107-126.
- PROENÇA, Adriano et alli. *Tecnologia e competitividade em setores básicos da indústria chinesa: estudos de caso*. 2011. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, vols. 1 e 2.
- RENARD, Mary-Françoise. *China's trade and FDI in Africa*. 2011. In: African Development Bank Group. Working Paper n. 126, 37 p.
- SAUTMAN, Barry and HAIRONG, Yan. *African perspectives on China – Africa links*. 2009. In: the China Quarterly, n. 199, p. 728-759.
- The China Analyst*. 2013. Hong Kong, The Beijing Axis.
- UNCTAD. *Handbook of Statistics*. 2013. Disponível em www.unctad.org
- _____. *Bilateral FDI Statistics 2014*. Disponível em www.unctad.org
- VINES, Alex. *China in Africa: a mixed blessing?* 2007. In: Current History, n. 9. p. 213-219.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. 2004. São Paulo, Contraponto.

Recebido em: 30 maio 2014
Aprovado em: 01 out. 2014

ANEXO I – Balança comercial de países africanos com a China (em US\$ milhões)

África do Sul				República do Congo			
Ano	Exportação	Importação	Balanço	Ano	Exportação	Importação	Balanço
2000	335.189.211	995.892.151	-660.702.940	2000	323.715.357	18.340.097	305.375.260
2001	461.312.299	1.064.431.177	-603.118.878	2001	181.403.802	38.164.271	143.239.531
2002	450.297.736	1.359.398.873	-909.101.137	2002	251.274.424	39.608.590	211.665.834
2003	889.126.208	2.218.783.744	-1.329.657.536	2003	814.658.692	59.892.629	754.766.063
2004	1.055.745.855	3.574.928.108	-2.519.182.253	2004	1.569.060.979	93.031.845	1.476.029.134
2005	1.368.724.220	4.945.611.474	-3.576.887.254	2005	2.278.029.897	144.707.412	2.133.322.485
2006	2.108.756.567	6.879.455.492	-4.770.698.925	2006	2.791.641.670	241.473.522	2.550.168.148
2007	4.169.608.033	8.562.745.343	-4.393.137.310	2007	2.836.696.112	435.894.136	2.400.801.976
2008	4.309.779.843	9.909.266.189	-5.599.486.346	2008	3.731.701.410	614.280.961	3.117.420.449
2009	5.670.122.785	8.325.306.418	-2.655.183.633	2009	1.738.812.252	366.637.047	1.372.175.205
2010	8.132.362.140	11.499.173.479	-3.366.811.339	2010	3.122.346.533	353.709.296	2.768.637.237
2011	12.425.326.059	14.199.588.145	-1.774.262.086	2011	4.672.291.086	489.431.142	4.182.859.944
2012	10.139.147.647	14.637.865.857	-4.498.718.210	2012	4.555.407.364	520.991.355	4.034.416.009
2013	12.058.975.478	16.010.648.446	-3.951.672.968	2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Angola				Sudão			
Ano	Exportação	Importação	Balanço	Ano	Exportação	Importação	Balanço
2000	1.842.692.967	33.735.509	1.808.957.458	2000	731.728.392	158.379.773	573.348.619
2001	721.828.095	45.721.834	676.106.261	2001	938.126.876	219.947.746	718.179.130
2002	1.087.049.343	61.310.901	1.025.738.442	2002	1.157.585.383	392.386.991	765.198.392
2003	2.205.934.880	145.791.215	2.060.143.665	2003	1.441.821.413	478.418.104	963.403.309
2004	4.717.339.146	193.517.905	4.523.821.241	2004	1.705.8756.565	815.887.020	889.989.734
2005	6.581.828.714	372.793.946	6.209.034.768	2005	2.614.461.953	1.293.592.219	1.320.869.734
2006	10.933.295.107	894.185.633	10.039.109.474	2006	1.943.481.721	1.410.328.737	533.152.984
2007	12.888.664.603	1.234.518.651	11.654.145.952	2007	4.171.239.208	1.554.461.271	2.616.777.937
2008	22.382.523.829	2.942.469.756	19.440.054.073	2008	6.325.889.462	1.874.333.641	4.451.555.821
2009	14.675.830.702	2.385.960.008	12.289.870.694	2009	4.684.821.913	1.705.392.045	2.979.429.868
2010	22.815.049.454	2.003.872.576	20.811.176.878	2010	6.671.907.016	1.950.772.734	4.721.134.282
2011	24.922.180.492	2.784.153.366	22.138.027.126	2011	9.541.533.519	1.994.639.833	7.546.893.686
2012	33.561.896.917	4.039.171.270	29.522.725.647	2012	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados	2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Argélia				Nigéria			
Ano	Exportação	Importação	Balanço	Ano	Exportação	Importação	Balanço
2000	25.937.941	172.916.756	-146.978.815	2000	307.296.342	548.779.006	-241.482.664
2001	69.988.286	222.226.410	-152.238.124	2001	227.157.472	917.183.140	-690.025.668
2002	81.897.046	351.904.803	-270.007.757	2002	121.308.269	1.047.146.531	-925.838.262
2003	99.216.863	645.937.433	-546.720.570	2003	71.658.792	1.785.972.713	-1.714.313.921
2004	259.077.512	980.519.345	-721.441.833	2004	463.216.342	1.718.559.149	-1.255.342.807
2005	363.732.733	1.404.420.063	-1.040.687.330	2005	526.879.258	2.303.161.810	-1.776.282.552
2006	143.121.609	1.947.514.487	-1.804.392.878	2006	277.747.279	2.852.151.939	-2.574.404.660
2007	1.160.931.952	2.741.975.093	-1.581.043.141	2007	537.080.321	3.799.461.765	-3.262.381.444
2008	849.219.211	3.751.909.956	-2.902.690.745	2008	508.380.981	6.767.052.438	-6.258.671.457
2009	946.619.790	4.180.239.032	-3.233.619.242	2009	896.525.833	5.475.594.058	-4.579.068.225
2010	1.177.317.334	3.999.998.875	-2.822.681.541	2010	1.071.622.397	6.696.843.552	-5.625.221.155
2011	1.960.886.720	4.471.882.142	-2.510.995.422	2011	1.583.680.065	9.205.574.275	-7.621.894.210
2012	2.311.905.609	5.416.657.169	-3.104.751.560	2012	1.273.793.010	9.296.312.849	-8.022.519.839
2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados	2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: COMTRADE. Elaboração própria

**ANEXO II – PNB per capita em relação ao PNB per capita dos EUA (1980-2012) –
África, regiões selecionadas, China, Japão e Coreia do Sul**

País/região	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
África Subsaariana (em desenv.) (-)	6,6	5,3	4,6	4,1	3,5	3,7	4,2	4,2
África Subsaariana (toda) (-)	6,6	5,3	4,6	4,1	3,5	3,7	4,3	4,3
Oriente Médio e Norte da África (-)	16,5	15,6	13,2	13,1	12,2	13,1	-	-
Angola (=)	-	9,3	7,4	4,3	4,8	6,4	10,2	10,3
Burundi (-)	2,3	2,3	2,1	1,5	1,2	1	1,1	1
Benin (=)	4,1	3,9	3,3	3,2	3	2,8	2,9	2,9
Burkina Faso (=)	2,5	2,4	2,1	2,1	2,2	2,4	2,7	2,8
Botswana (+)	14,3	16,5	23,4	24,5	22,6	22,9	28	30,5
República Central Africana (-)	3,3	2,9	2,3	2	1,6	1,5	2	2,1
Costa do Marfim (-)	9,9	6,9	5,1	4,7	4,2	3,7	3,8	3,6
Camarões (-)	6,5	9,1	6,2	4,4	4,1	4,2	4,4	4,3
Congo (-)	10,3	13,3	9,1	5,3	5,3	5	6,3	6,6
Comores (-)	4,9	4,6	3,9	3,4	2,7	2,5	2,4	2,3
Cabo Verde (+)	2,7	3	3,1	4,3	5,6	6,3	8,7	9,4
Djibuti (-)	-	-	-	5,9	4,4	4,7	-	-
Argélia (-)	22,5	21,6	17,4	14,5	13,1	15	16,3	15,9
Egito (+)	8,7	9,3	9,7	10,2	10,3	10,3	12,9	12,3
Eritreia (=)	-	-	-	1,7	1,4	1,2	1	1
Etiópia (=)	0	1,7	1,6	1,4	1,2	1,4	2	2,1
Gabão (-)	55,4	50,5	40,2	37,2	27,2	25,7	25,5	26,8
Gana (=)	3,8	2,8	2,7	2,8	2,5	2,7	3,3	3,6
Guiné (=)	-	-	2,5	2,2	2	1,9	1,8	1,8
Gâmbia (-)	6,5	5,5	4,5	4,3	3,8	3,5	3,8	3,5
Guiné Bissau (-)	3,3	4,3	3,5	3,4	1,4	2,1	2,3	2,1
Guiné Equatorial (+)	-	7,3	5,7	6,3	14,6	28,4	31,9	35,3
Quênia (-)	5,1	4,3	4,2	3,6	3,1	3	3,3	3,3
Libéria (-)	5,3	3,2	-	-	0,8	0,5	1	1,1
Lesoto (=)	4,9	5,3	4,7	4,2	3,7	4	4,3	4,1
Marrocos (=)	8,7	7,8	8	7,1	6,9	7,8	9,4	9,6
Madagascar (-)	4,9	3,4	3	2,3	2,1	1,9	1,9	1,8
Mali (=)	3,1	2,2	2,2	2,1	2	2,1	2,4	2,2
Moçambique (=)	1,7	1	1,1	1,1	1,1	1,4	1,8	1,9
Mauritânia (-)	7,2	5,6	5	4,9	4,2	4,3	4,7	4,7
Ilhas Maurício (+)	14	14,6	18,5	20,9	21,9	22,7	28	28,6

País/região	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Malauí (-)	2,5	2,1	1,7	1,7	1,6	1,4	1,5	1,4
Namíbia (-)	15,9	11,7	12,4	13	10,9	11,8	13,1	13,8
Níger (-)	3,6	2,4	2,1	1,7	1,4	1,3	1,4	1,4
Nigéria (-)	6,1	4,2	4	3,8	3,1	3,4	4,4	4,6
Ruanda (=)	3,1	2,6	2,1	1,6	1,5	1,8	2,4	2,5
Sudão (=)	4	3	2,8	2,9	2,9	3,1	3,7	3,9
Senegal (-)	5,6	4,8	4,2	3,8	3,5	3,6	3,7	3,6
Serra Leoa (-)	4,3	3,5	2,7	2,1	1,7	1,9	2,2	2,5
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	3,1	3,5	3,4
Suazilândia (-)	-	-	12,6	12,2	10,4	10,8	10	9
Chade (=)	3,2	3,9	3,2	2,8	2,2	2,4	3	3,1
Togo (-)	4,4	3,1	2,8	2,3	2,1	1,8	1,7	1,7
Tanzânia (=)	-	-	2,5	2,2	2,1	2,3	2,9	3
Uganda (=)	-	1,8	1,7	1,9	1,8	2	2,5	2,5
África do Sul (-)	32,4	27	23,5	21,1	18	18,7	20,6	20,5
República Democrática do Congo (-)	3	2,5	1,9	0,9	0,6	0,6	0,7	0,7
Zâmbia (-)	5,4	4	3,5	2,8	2,4	2,4	2,8	3
Membros da OCDE (+)	67,7	66,2	67,9	68,5	67	67,1	70,5	70,5
China (+)	2	2,8	3,4	5,2	6,4	9,1	15,3	17,2
Japão (+)	68,6	73,2	81,7	81,2	71,2	69,6	71,3	69,9
Coreia do Sul (+)	18,8	23,7	33,6	43,6	46,4	50,9	57,8	57,4
União Europeia (+)	62,1	58,8	60,4	60,4	58,8	59,9	65,3	64,8
Estados Unidos	100							

FONTE: Banco Mundial. World Development Indicators 2013. Elaboração do autor. OBS: não há dados disponíveis para Zimbábue, Sudão do Sul e Líbia. São Tomé e Príncipe, dada a inexistência de dados anteriores a 2005, não entrou no cômputo geral. Os sinais, depois dos países e regiões, significam: (-) perda, (+) ganho ou (=) estabilidade. Foi considerado perda ou ganho a variação superior a 1 ponto percentual nos extremos das datas, para cada país/região.